

**HABEAS CORPUS Nº 549.310 - RS (2019/0360108-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : SUELEN RIBEIRO PEGORARO E OUTRO  
**ADVOGADOS** : SUELEN RIBEIRO PEGORARO - SC029744  
MELCHIOR BERTE - SC019503  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : CLEOMAR DAVILA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS* IMPETRADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE INDEFERIU A LIMINAR DO *WRIT* ORIGINÁRIO. TRÁFICO DE DROGAS (359 KG DE PASTA-BASE DE COCAÍNA) E PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO (UMA PISTOLA, CARREGADORES E SILENCIADORES). PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. SÚMULA 691 DO STF. INCIDÊNCIA. Petição inicial indeferida liminarmente.

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **Cleomar Davila**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (HC n. 0296365-64.2019.8.21.0000).

Em 19/8/2019, o paciente foi autuado em flagrante delito pela suposta prática dos crimes de tráfico de drogas (359 kg de pasta-base de cocaína) e porte ilegal de armas de fogo (uma pistola calibre .380; dois carregadores; e três silenciadores). Com o paciente foi apreendido ainda a quantia de R\$ 6.483,00 (seis mil, quatrocentos e oitenta e três reais) em espécie e três celulares. Posteriormente, o flagrante foi homologado e decretada a prisão preventiva.

Impetrado *writ*, na origem, a Desembargadora Joni Victoria Simões indeferiu a liminar.

Daí o presente *mandamus*, em que se sustenta, em apertada síntese, ausência de fundamentos concretos para a prisão cautelar do paciente.

Destaca-se que o paciente é primário, possui bons antecedentes, residência fixa,

emprego lícito e estava, apenas, servindo de *mula*.

Requer-se, inclusive em liminar, a revogação da prisão preventiva, expedindo-se o competente alvará de soltura ou, subsidiariamente, a substituição por medidas cautelares diversas da prisão.

É o relatório.

O *habeas corpus* não comporta seguimento.

As Turmas integrantes da Terceira Seção desta Corte, na esteira do preceituado na Súmula 691/STF, têm entendimento pacificado de não ser cabível a impetração de *habeas corpus* contra decisão de relator indeferindo medida liminar em ação de igual natureza, ajuizada nos Tribunais de segundo grau, salvo a hipótese de teratologia ou ilegalidade manifesta.

É certo que caberá, primeiramente, ao Colegiado competente do Tribunal estadual, analisar em maior profundidade as questões levantadas no *habeas corpus* lá impetrado.

Convém aguardar o trâmite regular do *writ* na origem.

Além de que ficou consignado na decisão que decretou a prisão preventiva que *o autuado foi flagrado com surpreendentes 359 kg de cocaína, além de pistola, carregadores e, frise-se, três silenciadores. Diante destes fatos, considerando a quantidade de droga apreendida e os aparatos que se cercou, tenho que a soltura do autuado traz sério risco à ordem pública, eis que tudo indica tratar-se de grande esquema de tráfico de entorpecentes* (fl. 62 – grifo nosso).

Com essas considerações, com fundamento nos art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** a petição inicial.

Publique-se.

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator